

AS PRIMEIRAS NORMAS EPISTOLARES DA COMPANHIA DE JESUS *THE FIRST EPISTOLARY RULES OF THE SOCIETY OF JESUS*¹

Email:
leonardo656@hotmail.com
mbol.lucia@gmail.com

Leonardo Gonçalves Silva, Lucia Maciel Barbosa de Oliveira

RESUMO

A Companhia de Jesus, em seus primórdios, tinha nas cartas o principal meio para a troca de informação entre seus religiosos espalhados pelas mais diversas partes do mundo. Contudo, tais cartas não eram escritas de acordo com o estilo ou a vontade do religioso que a escrevia; pelo contrário, obedeciam a rígidas normativas que regulavam tanto o conteúdo como a forma dessas cartas. Esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar quais foram as primeiras normas para a escrita epistolar da Companhia de Jesus. Para isso utilizou-se de revisão de literatura e da análise documental em três normas epistolares dos primeiros anos da Companhia: as *Reglas* (1547), alguns artigos das *Constituições* relativos ao tema (1558) e a *Formula scribendi* (1565), cuja tradução em língua portuguesa foi feita exclusivamente para esta pesquisa. A análise delas mostrou que a Companhia elaborou normativas rígidas para a produção e circulação das cartas: por determinarem questões como autores, destinatários, assuntos e os prazos das cartas, as normas epistolares foram de essencial importância para a criação e manutenção de uma rede de informações epistolares.

Palavras-chave: Companhia de Jesus, Epistolografia, Manuais epistolares.

ABSTRACT

A Companhia de Jesus, em seus primórdios, tinha nas cartas o principal meio para a troca de informação entre seus religiosos espalhados pelas mais diversas partes do mundo. Contudo, tais cartas não eram escritas de acordo com o estilo ou a vontade do religioso que a escrevia; pelo contrário, obedeciam a rígidas normativas que regulavam tanto o conteúdo como a forma dessas cartas. Esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar quais foram as primeiras normas para a escrita epistolar da Companhia de Jesus. Para isso utilizou-se de revisão de literatura e da análise documental em três normas epistolares dos primeiros anos da Companhia: as *Reglas* (1547), alguns artigos das *Constituições* relativos ao tema (1558) e a *Formula scribendi* (1565), cuja tradução em língua portuguesa foi feita exclusivamente para esta pesquisa. A análise delas mostrou que a Companhia elaborou normativas rígidas para a produção e circulação das cartas: por determinarem questões como autores, destinatários, assuntos e os prazos das cartas, as normas epistolares foram de essencial importância para a criação e manutenção de uma rede de informações epistolares.

Palavras-chave: Companhia de Jesus, Epistolografia, Manuais epistolares.

¹Este artigo originou-se na dissertação de mestrado intitulada A epistolografia jesuítica do século XVI: identificação e análise das primeiras normas epistolares da Companhia de Jesus (1547 a 1565), defendida em agosto de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira.

Não é exagero afirmar que a Companhia de Jesus ocupa um lugar de destaque nos livros de História. Isso porque, já nos primeiros anos da Ordem, os jesuítas se espalharam por quase todos os lugares do mundo até então conhecido, realizando influência não só no campo religioso, mas nas mais diversas esferas da sociedade. Muito do êxito das missões jesuíticas se deve à sua capacidade de intercâmbio de informações, realizado através de cartas, formando uma verdadeira rede de trocas epistolares pelo mundo. No Brasil, as cartas dos jesuítas do período colonial são comumente lembradas como importante fonte para o entendimento da realidade social, cultural e econômica da época, além de trazerem ricas informações sobre a fauna e a flora das terras brasileiras.

E qual o elo que tais questões vêm a ter com a Ciência da Informação? Em primeiro lugar é preciso entender que a carta jesuítica (como qualquer outra carta) é um documento que circulava portando informações, o que por si só já parece ser válido para estudos dentro da Ciência da Informação. Mas esta pesquisa não objetivou uma análise das cartas em si ou do seu conteúdo, mas sim a identificação e a análise do que regulava a produção e a circulação dessas cartas, e conseqüentemente, das informações contidas nelas. Em resumo, buscou-se responder à seguinte pergunta: quais eram e como se estruturavam as principais normas para a escrita epistolar jesuítica nos primórdios da Ordem? Para conseguir respondê-la, a pesquisa utilizou revisão de literatura (para o entendimento do contexto histórico-informacional do século XVI, da epistolografia no período e do surgimento e desenvolvimento da Companhia de Jesus e para o levantamento das próprias normas em si) e análise documental nas normas encontradas.

Aproveitando-se do potencial interdisciplinar da Ciência da Informação, a pesquisa realizou uma tentativa de diálogo com a História, ao lançar um olhar para determinado contexto histórico pelo viés da informação.

I A COMPANHIA DE JESUS E O FAZER EPISTOLAR NO SÉCULO XVI

A carta no interior da Companhia de Jesus não era, de modo algum, um meio para mera troca de informações. Em uma Ordem tão rigidamente organizada, era esperado que o uso da carta se transformasse em meio eficaz para concretização dos trabalhos de apostolado religioso (e político), chegando a formar uma rede de trocas epistolares. O sucesso dessa rede foi devido a uma normatização bem elaborada para a escrita das cartas, somado à vontade dos membros da Companhia em cumpri-la. E não só as normas destinadas a esse fim instruíam os religiosos no fazer epistolar, mas também diversas cartas dos superiores continham passagens de referências meta discursivas ao ato de escrever.

Para compreender a importância da carta para o funcionamento da Ordem jesuítica é preciso levar em conta que o seu fundador foi um prolífico escritor de cartas: são conhecidas 6.813 cartas de Inácio de Loyola. Sobreviveram poucas cartas de Inácio do tempo anterior à sua eleição como primeiro Superior Geral da Companhia, conservando-se apenas 28 cartas do período entre 1524 a 1541 (DUMEIGE, 1988, p. 10), mostrando que a quase totalidade das cartas escritas por Inácio foram oficiais, redigidas enquanto comandante da Ordem. Outro fato demonstrado por tais cartas é que antes da existência de regras próprias para a escrita epistolar, e

mesmo antes que a Ordem fosse oficialmente aprovada pela Igreja, a carta já era um instrumento de comunicação que fazia parte do cotidiano de Inácio e seus companheiros. Isto pode ser constatado na carta de Inácio a Dom Francisco Bandini (1500-1588), arcebispo de Siena, datada do final de agosto de 1540 (a bula de aprovação pontifícia dos jesuítas é de 27 de setembro de 1540):

[...] V. Sa. com muito esforço se digne satisfazer em nosso nome ao grande apreço que aí nos dedicam e à necessidade tão urgente que temos aqui de Pascásio e também de alguns outros que por aí andam espalhados. Oxalá os possamos trazer por causa da necessidade tão grande, como escrevi a V. Sa. dias antes de receber a sua: vai com esta uma cópia daquela, se por acaso não a tenha recebido [...] Entretanto o que está em Monte Pulciano estará aqui dentro de poucos dias, pois lhe escrevemos para passar a outra cidade e daí a Roma [...] Só com escrever a tão variadas regiões e países, para responder e entender-nos com os que estiverem neles, a saber, em Portugal, Índias, Espanha, Irlanda, Nápoles, Parma, Placência, Bréscia, Marca de Ancona, e com outras necessidades extraordinárias de escrever, um companheiro tem demasiado trabalho que fazer, nem pode ocupar-se em outra coisa. E a nenhuma destas partes pode escrever com brevidade, porque cada um quer, com razão, saber de todos, espalhados como estão em tão diversas terras (INÁCIO DE LOYOLA, 1988, p. 88-89).

O primeiro trecho corrobora que Inácio escreveu diversas outras cartas, ainda que não tenham sido conservadas. No segundo trecho, Inácio deixa transparecer como a Companhia já contava com uma rotina de trocas epistolares como instrumento do apostolado: um religioso que estava em uma localidade e necessitava ser transferido para outra, foi informado através de uma carta. O terceiro trecho, certamente o mais impressionante, mostra a preocupação de Inácio em se comunicar com os jesuítas presentes nos mais diversos lugares. Mais do que receber informações sobre o andamento dos trabalhos desenvolvidos em diferentes localidades, ele (ou a Cúria jesuítica em Roma) necessitava repassá-las, pois o jesuíta que estava em um lugar desejava saber do que se passava em outros, revelando um embrião do que posteriormente seria a grande rede de informações epistolares que foi estabelecida pelos jesuítas.

Com isso, referir-se à carta jesuítica é referir-se a uma correspondência diferenciada, isso porque o seu propósito não era o de ser uma mera conversa entre pessoas fisicamente distantes. Nem se pode vê-la, por outro lado, como uma carta oficial rotineira ou protocolar, a exemplo de outras existentes. Muito menos se pode pensar nelas como epístolas de conteúdo puramente religioso ou doutrinário. Por suas especificidades e até por certo pioneirismo (pelo fato de os jesuítas terem criado uma verdadeira rede de trocas epistolares), pode-se afirmar que a correspondência jesuítica é única, e em muitos aspectos se afasta dos modos epistolares vigentes naquele momento histórico. Com isso, era natural que a Companhia passasse a criar normas que regulassem a produção e circulação dessa correspondência.

2 NORMAS PARA A ESCRITA E A TRANSMISSÃO DAS CARTAS JESUÍTICAS

O objetivo da pesquisa foi levantar quais foram as primeiras prescrições que regularam o funcionamento da carta jesuítica nos primórdios da Ordem. Foram encontradas três normas específicas sobre o tema: a primeira é uma carta escrita em 1547 pelo Secretário da Companhia, em que são apresentadas instruções para a escrita de cartas. A segunda norma é composta dos artigos das *Constituições da Companhia de Jesus* (1558) que se referem ao tema. Por fim, a terceira norma é a chamada *Formula scribendi*, de 1565, que se tornou a regra definitiva para a escrita epistolar na antiga Companhia.

Um dos primeiros documentos a tratar da importância das trocas epistolares para funcionamento e progresso da Ordem foi uma carta escrita pelo primeiro Secretário da Companhia de Jesus (e por consequência de Inácio de Loyola), o padre Polanco. Na carta escrita em espanhol, datada de 27 de julho de 1547 e direcionada a toda a Companhia, Polanco comunica a incumbência que havia recebido de, como Secretário, ser também responsável pela escrita em nome de Inácio, ofício esse que ele esperava realizar para melhor servir à glória divina (MI, *Ep.I*, p. 537) e assim à de toda Companhia. Anexas à carta de Polanco estão as *Reglas que deven observar acerca de describir los de La Compañía que están esparzidos fuera de Roma* (Regras que se devem observar acerca da escrita dos que da Companhia estão espalhados fora de Roma) (cf. MI, *Ep.I*, p. 542-549), que estão divididas em quatro partes e fornecem instruções práticas quanto ao envio e recebimento das correspondências.

Outras normativas para a escrita de cartas foram encontradas nas Constituições da Companhia. Tais Constituições foram escritas pelo próprio fundador, que após concluí-las em 1551, colocou-as para a apreciação dos padres professos (BANGERT, 1985, p. 59). A sua aplicação foi sendo feita de forma gradual em cada província, tendo sido aprovadas em 1558 pela primeira Congregação Geral, que escolheu o sucessor de Inácio de Loyola. O texto aprovado foi o mesmo escrito por Inácio, que o tinha escrito em língua espanhola (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 20). As Constituições da Companhia de Jesus possuem diversas menções ao fazer epistolar. Algumas são menções mais explícitas, outras menos. Deste modo, pelo menos 17 artigos fazem menções diretas ou indiretas aos usos da carta pela Ordem. Além de conter informações relativas sobre como a correspondência jesuítica deveria circular, sobre a periodicidade das cartas e quem deveria escrevê-las, as Constituições abordam em diversos artigos quando e por quem as cartas *não* deveriam ser utilizadas.

A *Formulascribendi* (Regra de escrita) foi uma das diversas regras elaboradas pela Companhia no século XVI, e determinava como deveria funcionar o comércio epistolar da Ordem. O texto da *Formula* é composto de 35 artigos e data de 1565, mas a primeira edição propriamente dita é de 1580 (FORMULA..., 1580). É uma norma mais completa que as anteriores, por tratar de forma mais detalhada questões como remetentes e destinatários, tipos de cartas e os modos de circulação. Como não existia versão em português deste importante documento, uma tradução direta do texto latino de 1580 foi feita especialmente para esta pesquisa (SILVA, 2018, p. 116-123).

Apesar de as três normas apresentarem conteúdo semelhante é possível perceber leves diferenças de foco entre elas.

Nas *Reglas* aparece uma maior preocupação com o processo de circulação da carta em si, ao prever, por exemplo, o uso de intermediários para a entrega das cartas, o intercâmbio de cartas entre regiões vizinhas e o uso das *hijuelas* (adendos), que aparecem somente nessa regra. Há ainda prescrições mais detalhadas quanto aos temas das cartas: o que nelas escrever ou não.

Já as *Constituições* parecem focar mais no papel da carta para o funcionamento da Ordem. Apresenta ainda diversas instruções sobre quando e por quem a carta não deveria ser usada: para o jesuíta em formação e aspirante, a carta era considerada um perigo. Também previam algumas exceções, quando as regras para a escrita e para a circulação não pudessem ser cumpridas.

A *Formulascribendi*, mais completa e detalhada do que as outras duas, diferencia claramente as cartas de negócios das cartas de edificação.

Com relação à tipologia da carta, as *Reglas* apresentam dois tipos: a carta periódica entre religiosos e superiores para tratar do andamento das missões, que pode ser entendida como “corriqueira” e que deveria ser periodicamente mandada a Roma; e a carta de edificação, a ser enviada a cada quatro meses. As *Constituições* também abordam esses dois tipos, mas apresentam outras ocasiões em que a carta era usada *ex officio*. Já na *Formula scribendi* encontram-se regras para a carta “corriqueira”, a carta de negócios e a carta de edificação, que nas regras anteriores era quadrimestral, mas nessa regra foi transformada em anual (carta ânuia).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de mestrado procurou identificar e analisar as três principais normas epistolares dos primórdios da Companhia de Jesus, sem deixar de apresentar o contexto histórico, social e religioso do período analisado. Foi de extrema importância o entendimento desse contexto, pois analisar as normas ou as cartas por si só, sem relacioná-las com o seu presente e com o passado próximo, poderia levar a juízos equivocados, como por exemplo, acreditar que o estilo da carta jesuítica foi totalmente inovador, e o que a literatura mostrou foi que a sua escrita seguia os preceitos da *arsdictaminis* medieval. Ou mesmo acreditar que ao controlar a sua correspondência com rígidas normas a Companhia tivesse objetivos unicamente religiosos: a História mostrou que muito de político havia nessa matéria.

Contudo, não se pode negar o pioneirismo dos jesuítas na criação de uma rede de informações que se formou através de suas trocas epistolares, pois por terem espalhado seus padres pelas mais diversas partes do mundo até então conhecido, originou-se um sistema, que mais do que prever o envio de cartas de um local a outro, também realizava correção, tradução, impressão e guarda dessas cartas. Tudo isso só foi possível graças aos regulamentos que estabeleciam que assim se fizesse.

Ressalta-se que esta pesquisa procurou muito mais apresentar as normas epistolares do que analisá-las a fundo ou colocá-las em diálogo com outras regras. Contudo, ela forneceu material que pode ser utilizado em outras pesquisas, que venham a complementá-la ou que tenham novas perspectivas sobre as discussões nela apresentadas. Portanto, espera-se que este trabalho possa servir como incentivo para o desenvolvimento de outros do gênero, principalmente aos que procurem analisar fenômenos informacionais do passado sob a ótica da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

BANGERT, William V. **História da Companhia de Jesus**. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa; São Paulo: Loyola, 1985.

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação. São Paulo: Loyola, 2004.

DUMEIGE, Gervais. Introdução: Santo Inácio de Loyola e suas cartas. In: INÁCIO DE LOYOLA. **Cartas de Santo Inácio de Loyola**: volume 1 – as primeiras cartas de uma vida nova. Adaptação e tradução Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1988. p. 5-11.

FORMULA scribendiauctoritatetertiaecongregationisconfecta. In: Regula e Societatis Iesu. Romae: in CollegioeiusdemSocietatis, 1580. p. 138-146. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5320232896;view=1up;seq=162>. Acesso em: 18 jan. 2019.

INÁCIO DE LOYOLA. **Cartas de Santo Inácio de Loyola**: volume 1 – as primeiras cartas de uma vida nova. Adaptação e tradução Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1988.

MONUMENTA Ignatiana: exautographisIgnatii de vexantiquioribusexempliscollecta, series prima, Sanctii de Loyola SocietatisIesufundatoris: EpistolaetInstructiones. Matriti: TypisGabrielis Lopez delHorno, 1903. v. 1. (MonumentaHistoricaSocietatisJesu, 22). Disponível em: <https://archive.org/details/monumentaignati04ignagoog>. Acesso em: 18 jan. 2019. [MI, Ep.I]

SILVA, Leonardo Gonçalves. **A epistolografia jesuítica do século XVI**: identificação e análise das primeiras normas epistolares da Companhia de Jesus (1547 a 1565). 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-03122018-150221/>. Acesso em: 18 jan. 2019.